

**ENUNCIÇÃO E MEMÓRIA: A NEGAÇÃO DA REPRESSÃO EM *EU, IMPERATRIZ***<sup>1</sup>

ENUNCIATION AND MEMORY: THE DENIAL OF REPRESSION IN *EU, IMPERATRIZ*

Kayla Pachêco Nunes<sup>2</sup>

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Eliane Aparecida Miqueletti<sup>3</sup>

Universidade Federal da Grande Dourados

**Resumo:** Neste trabalho apresentamos a análise do apagamento dos efeitos da Ditadura Militar pela enunciação produzida no livro “Eu Imperatriz”, de Edelvira Marques de Moraes Barros. A obra inaugura a historiografia do segundo maior município maranhense e é uma das referências para o currículo da Educação Básica do município. Imperatriz é considerada o Portal da Amazônia e foi cenário de episódios importantes na resistência contra a Ditadura no Brasil. No livro selecionado para este trabalho há um salto temporal e temático que omite e eufemiza a repressão militar na região, durante a ditadura instaurada em 1964. Recorrendo, sobretudo, ao arcabouço teórico da semiótica discursiva, analisaremos como os fatos são apresentados ao enunciário a partir das escolhas discursivas mobilizadas pelo enunciatário. Além disso, dialogamos com outras áreas para reflexões em torno do conceito de memória. Nosso recorte analítico contemplará o exame de partes do livro que colaboram para uma isotopia de leitura e de duas crônicas da obra que versam sobre fatos referentes ao contexto político no período que se estende de 1960 a 1970. Esperamos contribuir com as reflexões em torno das leituras que chegam às escolas.

**Palavras-chave:** leitura; enunciação; Ditadura Militar; silenciamento.

**Abstract:** In this work, we will analyze the erasure of the effects of the Military Dictatorship by the enunciation produced in the book “Eu Imperatriz”, by Edevilra Marques de Moraes Barros. The work inaugurates the historiography of the second largest municipality in Maranhão, it is one

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte de um conjunto de investigações desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT/UFNT) que envolve a problemática da memória e da literatura de testemunho do Norte do país. Parte das reflexões aqui apresentadas, contou com as colaborações das pesquisadoras e dos pesquisadores do Gesto (Grupo de Estudos do Sentido do Tocantins) e do Res (Rede de Estudos Semióticos).

<sup>2</sup>Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLIT/UFNT). Professora da Secretaria da Educação do Estado de Tocantins (SEDUC/TO) e da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz-MA. E-mail: kayla.pacheco@mail.uft.edu.br. ORCID: 0000-0002-8403-0586.

<sup>3</sup>Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLIT/UFNT). Professora da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (FALE/UFGD). E-mail: elianemiqueletti@ufgd.edu.br. ORCID: 0000-0002-3966-8847.

of the references for the municipality's Basic Education curriculum. Imperatriz is considered the Gateway to the Amazon and was the scene of important episodes in the resistance against the dictatorship in Brazil. In the book selected for this work, there is a temporal and thematic leap, a silencing of military repression in the region, during the dictatorship established in 1964. Using the theoretical framework of discursive semiotics, we will analyze how facts are presented to the enunciator through the discursive choices mobilized by the enunciator. Beyond that, we dialogue with other areas to reflect on the concept of memory. Our analytical focus will include the examination of parts of the book that contribute to a reading isotopy and two chronicles that deal with facts relating to the political context between 1960 and 1970. We hope to contribute to reflections on the readings that reach schools.

**Keywords:** reading; enunciation; Military Dictatorship; silencing.

**Submetido em 2 de fevereiro de 2024.**

**Aprovado em 11 de maio 2024.**

### **Considerações iniciais**

A literatura, lugar por excelência de expressão dos mitos na modernidade, é uma forma tão boa de conhecimento quanto a ciência (FIORIN, 2016, p. 09).

Partimos da premissa de que, além de outras funções, a literatura também exerce o importante papel de fonte de conhecimento, em concordância com a afirmação de Luiz Fiorin epigrafada. Nesse sentido, trazemos uma leitura analítica da segunda edição da obra *Eu, Imperatriz*, de Edelvira Marques de Moraes Barros, a primeira publicação historiográfica de Imperatriz, Maranhão. O município, localizado numa região atravessada pela Rodovia Belém-Brasília, na divisa com o Tocantins, é o segundo mais populoso do Estado, hoje conhecido como o maior entroncamento comercial e energético da Região Tocantina, referência como centro econômico, político e cultural. A história de Imperatriz é marcada por momentos de conflito em nome da expansão territorial e do “desenvolvimento” do país, entre os quais destaca-se o período da Ditadura Militar, parte do cenário presente no livro analisado neste artigo.

A obra foi lançada em 1972 e, conforme comentários do jornalista Abimael Costa (2012), representa um “marco na historiografia regional”, “um dos principais livros de referência sobre o sudoeste maranhense”, “obra rara”. A segunda edição foi organizada pelo historiador e membro da Academia Imperatrizense de Letras (AIL) Adalberto Franklin, com atualizações ortográficas, nova capa, duas novas apresentações e a retirada

de questionários presentes na primeira edição<sup>4</sup>. A intenção da Academia era a de doar um exemplar a cada escola pública do município, como relata o organizador em seu *site* (FRANKLIN, 2012)<sup>5</sup>.

Na quarta capa da obra, Franklin destaca que o referido livro inaugurou a produção que ultrapassa a historiografia porque “a partir dele é que se contabilizam as publicações literárias produzidas em Imperatriz [...]”, produção nascida “[...] de pesquisas, registros documentais e inquirições orais, ela [a autora] recupera a memória histórica da mais que centenária cidade fundada nas margens do Tocantins [...]” (FRANKLIN, In: BARROS, 2012, quarta capa). *Eu Imperatriz* é referência no currículo da Educação Básica de Imperatriz e fonte de pesquisa para concursos e vestibulares.

Em relação à autora, destacamos que é imperatrizense, graduada em História e considerada a primeira historiadora da cidade exatamente pela publicação em estudo nesta produção. Atuou como professora – da Educação Básica à Universidade –, exerceu a função de jornalista e participou do cenário político local<sup>6</sup>. Além do livro em análise, a professora publicou *História da fundação de Imperatriz* (1992) e *Imperatriz: memória e registro* (1996). Edelvira contribuiu com a fundação da AIL e ocupou a cadeira nº6 até sua morte, em 2007, aos 77 anos<sup>7</sup>.

A leitura dos textos que compõem o livro aponta para um salto temporal e temático realizado pela autora na cronologia dos fatos que registra. Entendemos que há uma opção pelo apagamento de eventos que fazem parte da trajetória do município e de seus habitantes, em especial os ocorridos no período que integra a repressão militar durante a Ditadura (oficialmente compreendida entre 1964 e 1985), na esfera da Guerrilha do Araguaia (ocorrida entre os anos de 1966 e 1974)<sup>8</sup>, um dos maiores confrontos armados do Brasil, entre civis e militares. Cabe destacar que a primeira edição de *Eu Imperatriz* foi publicada em 1972, em plena Ditadura e pontualmente durante a perseguição aos integrantes da Guerrilha.

---

<sup>4</sup> Apesar de várias tentativas em bibliotecas de universidades, acervos pessoais de contemporâneos da autora e na biblioteca da Academia de Letras, não tivemos acesso à primeira edição da obra.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://adalbertofranklin.por.com.br/2012/11/eu-imperatriz-tem-nova-edicao-apos-40-anos/>.

<sup>6</sup> Edelvira ocupou diversos cargos na Prefeitura de Imperatriz: foi secretária-geral entre os anos de 1956 e 1961; dirigiu o departamento de Educação da Secretaria Municipal de Educação entre os anos de 1987 e 1989; foi eleita vereadora entre os anos de 1958 e 1962 e, como suplente, no mandato legislativo de 1963 a 1967.

<sup>7</sup> Dados da *Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos, 1852-2002: a maior obra de referência da capital brasileira da energia* (SANCHES, 2002).

<sup>8</sup> Conforme registros do historiador João Paulo Maciel na obra *Guerrilha no Araguaia-Tocantins* (2014).

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento pensado como guerrilha rural que pretendia, pelo levante popular partindo do Norte do Brasil em direção aos grandes centros urbanos, opor-se às forças de opressão da Ditadura na tentativa de restabelecer o regime democrático. Passados 60 anos de instauração do Golpe Militar que assassinou dezenas de pessoas na região e que, inegavelmente, marcou a vida e a história de Imperatriz, faz-se necessário um olhar mais cuidadoso em relação ao projeto discursivo empreendido na obra em análise mediante as experiências ali enunciadas. Projeto que pode colaborar para a construção da memória da cidade na perspectiva do opressor, figurativizado na elite política, econômica e militar da época.

Sendo a enunciação a “[...] instância linguística, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que dela contém traços e marcas)” (GREIMAS e COURTÉS, 2018, p. 166), nossa leitura busca refletir sobre o silenciamento dos efeitos da Ditadura Militar pela enunciação produzida em *Eu, Imperatriz*. Para a leitura que propomos, tomamos o conceito sociológico de “memória coletiva” (HALBWACHS, 2006) somado às reflexões realizadas pelos estudos do discurso acerca da “memória” a partir de autores como Barros (2011) e Silva (2016, 2020, 2022), e de silenciamento, como defende Fiorin (1988, 1998).

A base teórica principal do trabalho é a semiótica discursiva, “teoria da significação” (GREIMAS e COURTÉS, 2018, p. 455), que examina os procedimentos da organização textual e os mecanismos enunciativos de produção e de apreensão do sentido. Nessa teoria, tem-se como objetivo a descrição dos efeitos de sentido nos textos – totalidade significativa dotada de plano de conteúdo (discurso) e plano de expressão (manifestação do conteúdo). Daí o pressuposto de que os textos são construções estrategicamente elaboradas em função da relação entre sujeitos socio-historicamente situados, como explana Fiorin (1998).

Nesses termos, há um modo de dizer que inscreve, nos textos, uma intencionalidade discursiva aliada às escolhas do enunciador. Como defendem Greimas e Courtés (2018, p. 83): “[...] a comunicação é mais um fazer-criar e um fazer-fazer do que um fazer-saber, como se imagina um pouco apressadamente” e isso envolve prever o que e a quem será comunicado. Em outros termos, toda comunicação pressupõe o contrato entre o enunciador (sujeito que enuncia no texto, autor implícito) e o enunciatário (sujeito para quem o texto é enunciado, o leitor). A partir desse princípio desenhamos nossa investigação.

Em síntese, a semiótica discursiva propõe um modelo teórico-metodológico para a análise do plano do conteúdo dos textos, o “percurso gerativo de sentido”, a partir do qual é possível examinar patamares, níveis de abstração do sentido: o fundamental, o narrativo e o discursivo. Neste trabalho, nossa atenção recai em aspectos ligados ao nível discursivo, nível mais complexo e superficial, no qual investigamos as projeções da enunciação no enunciado, os percursos temáticos e figurativos, bem como os recursos de persuasão mobilizados por um enunciador frente a um enunciatário pressuposto. Ao longo das análises retomaremos referências que embasaram as reflexões aqui construídas. Dessa forma, apresentaremos a leitura que busca refletir sobre a construção de uma enunciação que produz uma visão romantizada da trajetória de Imperatriz durante a repressão militar.

Cabe destacar, ainda, que abordaremos o livro em análise entendendo-o dentro de um sistema de trocas intersubjetivas que estabelecem sua produção e consumo, conseqüentemente, orientam sentidos. Além dos aspectos propriamente da construção narrativa mais interna, sobretudo dos enunciados apresentados nas crônicas (para isso selecionamos duas delas), levaremos em consideração o contexto “semiotizado”, a “*situação*”, elementos compreendidos na teoria como um “dispositivo gerador de significação” (LANDOWSKI, 1996, p. 33). Como defende Landowski, “à análise dos textos propriamente ditos, propomos sobrepor a de seu enquadramento situacional, concebido como o equivalente de um *macrotexto* englobante”. Nesse sentido, consideramos as “*situações* de produção e de consumo dos textos como constituindo por sua vez, evidentemente num outro nível, também uma espécie de ‘texto’” (LANDOWSKI, 1996, p. 31).

A partir dessa perspectiva examinaremos partes que colaboram para uma isotopia de leitura que se inicia pela capa do livro até chegar as crônicas<sup>9</sup>. O olhar para os elementos que compõem a materialidade significativa, o livro, resultante de escolhas que participam de um projeto discursivo situado em determinado contexto semiótico, está entre nossos intuitos de pesquisa, sobretudo no que se refere ao que chega na sala de aula, as produções avaliadas como didáticas, e como isso é, ou pode ser analisado/trabalhado pelo professor na mediação de leitura com os alunos. De maneira geral, este artigo pode ser um caminho para despertar o leitor para as questões apontadas e para outras que surgirem a partir delas.

---

<sup>9</sup> Tendo em vista o espaço reservado para este artigo, selecionamos algumas partes da obra que consideramos importantes para a compreensão da isotopia de leitura destacada, outros elementos podem ser adicionados numa análise mais detalhada do livro.

## 1. Sobre a memória e a política do silenciamento

A memória não pode atualizar o passado, mas, pelo discurso, algo do vivido pode ser quase revivido, tendo em vista os efeitos produzidos pelo dizer (SILVA, 2016, p. 147).

Numa visão sociológica, Halbwachs (2006, p. 86) trata da “memória coletiva” como marcas subjetivas do vivido por um determinado grupo social em determinado tempo e espaço, portanto, diferente dos registros da história: “A história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo”. Partindo dessa noção de “memória coletiva” como fruto da experiência sentida que se constitui em correntes de pensamento sobre o passado, verificamos que a obra em análise opta pela noção de evento histórico na defesa do discurso produzido pelo Estado.

No âmbito dos estudos semióticos, ao tratar da memória enquanto construção, Mariana Barros (2011, p. 10) observa que “a memória pode ser apresentada como retrato do passado ou como criação”. Tendo a primeira acepção de memória um viés historiográfico, interessa-nos considerá-la em seu segundo sentido, o de criação. Nesses termos, estão as reflexões acerca da relação entre o ser e o parecer, o que está ligado aos contratos de veridicção que se estabelecem entre enunciador e enunciatário. Assim, é possível “passar à tentativa de entender os efeitos de verdade propostos pelos discursos a seus leitores, e também como a arquitetura memorialística os atinge e os afeta” (BARROS, 2011, p. 11). Isso implica abordar as enunciações que buscam conferir efeitos de verdade ao se dedicarem a construção de determinada memória.

Para Luiza Silva (2016), como antecipado na epígrafe desta seção, a memória opera na recuperação de fragmentos de uma experiência sensível (re)criada no e pelo discurso. Nessa perspectiva, a pesquisadora realiza reflexões sobre a construção da memória no domínio das narrativas de testemunho que denunciam a violência praticada pelo Estado durante a Ditadura no contexto do norte/nordeste. Seus estudos são dedicados à construção da memória como o movimento de retomada do vivido, um viés de pesquisa e que possibilita ao sujeito ressignificar, no agora, as experiências adormecidas pelo decurso do tempo. Segundo a semioticista, a memória é necessária para a “legibilidade” do acontecimento<sup>10</sup>, porque, apesar de sempre ser “imperfeita”, ela permite retomar a

---

<sup>10</sup> No referido texto, Silva (2016), a pesquisadora trata da memória como do “presente”, a partir das considerações de Fiorin (2016) ao refletir sobre a compreensão do tempo trazida por Agostinho. Além da

experiência ao transformar em discurso: “[...] o que pode transparecer para o espectador é a desordem (a barafunda), ou ainda a luta daquele que narra para ordenar e precisar os dados que estão salvos na memória, que precisam ser enunciados para que se conste na história” (SILVA, 2016, p. 141).

Contribui com essas reflexões a concepção de Fiorin (2016, p. 129) sobre o tempo. O pesquisador afirma que há dois sistemas temporais na língua: “um relacionado diretamente ao momento da enunciação e outro ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado”. Nesse processo de retomada, o sujeito traz à tona o que fica marcado pelas reminiscências de fatos como recortes do que passou, bem como seleciona o que quer (ou não) retomar do que outrora tenha experienciado.

Na tentativa de dar sentido ao vivido, pelo modo como o sujeito se relaciona com a linguagem, o fato emerge no dizer juntamente com a interpretação, marcada em escolhas realizadas ao longo do que é organizado no discurso. O ato de rememoração e contar dão relevo, figurativizam e revelam a perspectiva assumida pelo sujeito, ou seja, possibilita “aberturas e reconfigurações” da memória, como defende Silva (2016). Assim, os sujeitos que rememoram o fato e “[...] interpretam-no, selecionando elementos inicialmente desprezados, ignorando outros, a partir dos sentidos que, num dado *agora*, aquele projetado pela enunciação, lançam sobre o passado” (SILVA, 2016, p. 143).

Assim, reforçamos que o fazer da memória é sempre do presente, “reconstituída aos poucos, por partes, que podem articular-se numa sequência narrativa maior” (SILVA, 2022, p. 54). Nesse sentido, pelas escolhas discursivas que mobiliza para esse dizer, o enunciador constrói sua perspectiva de um passado para o contrato de veridicção que pretende firmar junto ao enunciatário. Como defende Fiorin (1998, p. 16-18), “é no nível do discurso que devemos, pois, estudar as coerções sociais que determinam a linguagem”, pois, pelo discurso, “o enunciador lança mão de estratégias enunciativas para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor”.

Ao tratar da enunciação, Fiorin (2016, p. 14) expõe duas teses centrais: “a) o discurso é da ordem do acontecimento, isto é, da História; b) não há acontecimento fora dos quadros do tempo, do espaço e da pessoa”. Ao afirmar que a enunciação cria qualquer mundo, ressalta que “a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo

---

memória, ela retoma o conceito de “acontecimento” com base em formulações da semiótica tensiva desenvolvida por Claude Zilberberg (2011), o que não será retomado neste trabalho, mas, em síntese, diz respeito ao inesperado, o que sobrevém no horizonte do sujeito.

espaço e todo tempo organizam-se em torno do ‘sujeito’, tomado como ponto de referência” (FIORIN, 2016, p.36-37). Nesses termos, a enunciação, segundo Landowski (1992, p. 167), retomado por Fiorin (2016, p. 27), é “o ato pelo qual o sujeito faz o sentido ser”, e o enunciado é “o objeto cujo sentido faz o sujeito ser”.

Em *Eu, Imperatriz*, ao escolher o uso da primeira pessoa, o enunciador se apresenta como a própria cidade que fala aos seus habitantes. Ao desenhar esse autorretrato mediante os fatos que rememora, ou silencia, o faz como criação/representação de um antes (desde a fundação de Imperatriz, em 1852) a partir de um agora (durante a Ditadura, no início da década de 1970), no qual o eu (cidade) projeto para o tu (habitantes)<sup>11</sup> apenas uma parte dos eventos que marcam a história e que devem constar nessa memória coletiva, privilegiando a construção de uma memória que consideramos seletiva. Na obra, temos uma enunciação que tenta validar a versão oficial do Estado, reverberando a negação da repressão durante o período ditatorial.

Por sua localização estratégica, bem como pela atuação no cenário político regional, Imperatriz foi palco de episódios que marcaram a resistência contra a Ditadura no Brasil, evento que a autora prefere chamar de “Revolução”. Adalberto Franklin e Valdizar Lima (2016, p. 231) mencionam que “em Imperatriz, instalara-se a base logística da guerrilha, onde cerca de oitenta militantes do PC do B trabalhavam sigilosamente para garantir apoio aos que deveriam entrar em combate”. Nesse quadro de participação direta da cidade na resistência, a cassação de um prefeito e a contribuição de alguns de seus cidadãos na Guerrilha do Araguaia é silenciada, tanto pelo não-dizer como pela eufemização desse dizer. As escolhas discursivas configuram uma forma de censura velada dos fatos produzidos pela História que se tornam negados pela literatura, como exemplificaremos nas análises das crônicas selecionadas para este trabalho.

Ao não mencionar a participação direta de alguns dos habitantes de Imperatriz na organização dos movimentos de oposição à Ditadura, tampouco as prisões e torturas empregadas pelo Estado contra aqueles considerados subversivos, pela dimensão do não-dito, constrói-se a narrativa acerca do evento histórico apenas pela percepção do Estado. A visão do opressor é reforçada na construção da memória estruturada numa política do silenciamento.

O silenciamento é estratégico, como defende Silva (2016). A estudiosa expõe que durante os anos de Chumbo, como ficou conhecido o período ditatorial mais repressivo

---

<sup>11</sup> Para saber sobre níveis de projeção da enunciação, consultar Fiorin (2016).

no Brasil (1968 a 1974), para evitar que os eventos sangrentos fossem inscritos no campo da memória, “a estratégia do governo militar é a do silenciamento e do esquecimento: não se pode falar; não se deve lembrar a insurgência à ordem nascida nas regiões remotas do país”. (SILVA, 2016, p. 143). Assim, a História oficial do país tentou apagar essas memórias. Em *Eu, Imperatriz* constrói-se, para um período marcado pela violência do Estado, o que se pretende parecer a memória de eventos pacíficos. O enunciador tenta sufocar o eco das marcas da repressão e exerce a censura velada que ecoará na memória propagada pela obra.

Para analisar como a censura é operada pela política do silenciamento em *Eu, Imperatriz*, apresentamos uma tentativa de construção dos sentidos a partir das escolhas discursivas mobilizadas na produção da memória hegemônica sob o viés do Estado. Como já anunciado na introdução, nossas análises recaem no nível discursivo do percurso gerativo de sentido, pois é “[...] na concretização dos elementos semânticos da estrutura profunda, que se revelam, com completude, as determinações ideológicas” (FIORIN, 1998, p. 21).

Seguiremos essa linha de análise para, na sintaxe discursiva, investigar as projeções da enunciação no enunciado (as categorias de pessoa, tempo e espaço) a partir das depreagens, quando pessoa, tempo e espaço são projetados para fora da enunciação de forma enunciativa (eu-aqui-agora), produzindo efeito de aproximação, ou enuncia (ele-lá-então), efeito de objetividade. Para o âmbito da semântica discursiva, examinaremos os elementos que mantêm a coerência do discurso a partir de percursos temáticos e investimentos figurativos, considerando temas unidades semânticas abstratas (conceitos) e as figuras, semas concretos com traços sensoriais (ligados ao mundo natural).

A partir dos apontamentos teóricos indicados até este ponto da discussão, na seção a seguir apresentamos reflexões sobre algumas partes do livro *Eu, Imperatriz* que revelam o direcionamento implicado no projeto discursivo e envolve os sujeitos da enunciação em determinado contexto semiótico.

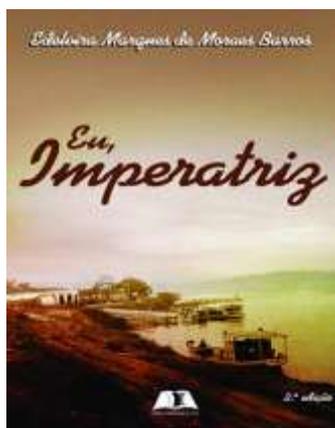
## **2. Partes do livro: escolhas que significam**

Os livros são coisa no mundo a produzir sentido antes que se descubra o mistério do que as palavras nele guardadas possam revelar (SILVA; REIS, 2023, p. 18).

Os discursos permeiam nosso convívio social e são materializados em textos que circulam a partir de diferentes suportes. São também frutos da enunciação que é produzida na interlocução entre sujeitos, como uma “manifestação progressiva dessa totalidade através de múltiplas figuras textuais inscritas por um ‘ator’ dado, no tempo e no espaço” (LANDOWSKI, 1995, p. 11-13). Nesses termos, antes de nos concentrarmos na análise das crônicas selecionadas para este trabalho, faremos um breve sobrevoo pelo livro, tecendo ponderações acerca de algumas escolhas que compõem partes dessa materialidade significativa (capa, dedicatória, cartas abertas, apresentação da autora) e que auxiliam na produção dos sentidos. Entre outras coisas, tais escolhas agregam vozes que direcionam a relação entre enunciador e enunciatário, esses que, para a semiótica, são sujeitos da enunciação, isto é, simulacros do autor e do leitor criados pelo texto.

As partes do livro participam do “contexto semiótico” no qual a obra está inserida. Essa não se apresenta como algo pronto, possível de ser compreendido previamente, mas tem seu sentido construído pelo texto, na leitura, a partir das escolhas discursivas feitas, os diálogos travados; enfim, o mundo construído pela linguagem em dada “*situação*” (LANDOWSKI, 1996). Nessa perspectiva, convidamos à leitura do livro em estudo pela sua capa, vitrine da obra que antecipa a produção dos sentidos, conforme defendem Silva e Reis (2023, p. 10):

Imagem 1 - Reprodução da capa da segunda edição da obra *Eu, Imperatriz*



Fonte: Barros (2012)

A capa, produzida pelo designer Eduardo Franklin, apresenta-se como uma construção sincrética e, assim como o livro, constitui-se num “objeto, que acionando várias linguagens de manifestação, está submetido, como texto, a uma enunciação única que confere unidade à variação” (TEIXEIRA, 2004, p. 235). Como tal, para além da análise das escolhas operadas nas linguagens verbal e não verbal, impera a relação entre

elas na construção do todo de sentido desse texto verbo-visual, questões que não podem passar despercebidas, por exemplo, numa mediação de leitura. Nesse aspecto, cabe observar com atenção alguns elementos que compõem a expressão, sobretudo da linguagem visual, ou seja, cores, texturas, formas e posições<sup>12</sup>, pois “ler o texto visual, assim, é sempre considerar que o conteúdo se submete às coerções do material plástico e que essa materialidade também significa” (TEIXEIRA, 1998, p. 03).

No primeiro plano da capa, o título *Eu Imperatriz*, em negrito e quase centralizado, salta aos olhos do leitor, numa projeção actancial enunciativa (um “eu” que diz eu) e articulada à imagem, essa, em segundo plano, figurativiza o espaço do “aqui”, Imperatriz, mas de um tempo enuncivo, situado no passado (“então”). A capa anuncia a estratégia argumentativa/persuasiva utilizada no projeto da obra: o uso da primeira pessoa para o efeito de sentido de aproximação entre enunciador e enunciatário. É a própria cidade<sup>13</sup>, personificada, que se apresenta a partir da enunciação situada no “agora”, com os olhos no passado, como veremos nas crônicas. Ou seja, as escolhas ajudam na produção do efeito de construção da memória a partir da imagem projetada como primeiro registro da cidade, destacando o que ficou marcado desse “então”, a partir das lentes do “agora”.

Observamos que o título foi grafado em itálico figurativizando o estilo manuscrito. Essa escolha de fonte confere o efeito de pessoalidade e remete à ideia de assinatura do nome, como em cartas ou na perspectiva estética de um diário – uma prova formal a conferir efeito de verdade no que será narrado adiante. Em tom terroso, o título é parte do cenário representado pela imagem. É a tonalidade do marrom ao amarelo esverdeado que congrega toda a capa sobre a qual, em letras brancas, seguindo o itálico, inscreve-se a autoria, o número da edição e a logomarca da editora.

Na imagem, há um cais que, pelo trabalho gráfico, assemelha-se a uma pintura. Em primeiro plano, temos a margem na qual se destaca a orla do rio, o contorno é dado pela estrada de terra, recentemente revolvida. Com a saturação empregada na coloração marrom, imprime-se o efeito de anterioridade/antigo. Destaca-se a entrada, por via aquática, de uma região ao que parece pouco povoada, com a presença de alguns barcos e pessoas, árvores e casas, além de vegetação que se constitui de uma mata mais fechada

---

<sup>12</sup> No âmbito da semiótica discursiva, entre outros teóricos, destacamos os trabalhos de Floch (2001, 2002) e de Teixeira (1998, 2004, 2009) em torno da análise de textos não verbais e sincréticos.

<sup>13</sup> Edmilson Sanches, em entrevista concedida ao jornal SLZ, em 19 de março de 2019, por ocasião dos 47 anos de lançamento da obra, afirma que o livro “Foi escrito na primeira pessoa do singular, como se fosse a cidade de Imperatriz contando sua própria história, como se fosse uma autobiografia”, Disponível em: <<https://journalslz.com.br/primeiro-livro-editado-em-imperatriz-completa-47-anos/>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

do outro lado do rio, acompanhando uma curva no horizonte entre a névoa fina e o céu acinzentado. O rio Tocantins aparece com coloração menos saturada, é parte desse movimento que acolhe embarcações e pessoas. Em síntese, visualiza-se uma localidade com pouco desenvolvimento urbanístico.

A imagem é uma reprodução fotográfica (em preto e branco) de uma região da cidade, na década de 1980, chamada de *Cais do Porto de Imperatriz*<sup>14</sup>. Logo, a vegetação do outro lado do rio demarca a divisa com o Norte do então estado de Goiás<sup>15</sup>, completando a paisagem que reproduz a memória da cidade à época de sua fundação. É um retrato lido como do ponto vista da chegada da comitiva de Frei Manoel Procópio<sup>16</sup> à povoação de Santa Teresa do Tocantins<sup>17</sup>. Denota, ainda, a chegada dos primeiros habitantes e as primeiras atividades econômicas, como a pesca e o comércio de alimentos (representados nos barcos e armazéns). Vindos pelo rio Tocantins, barcos, pessoas e histórias foram ancorados e adentraram à cidade. Desse modo, a imagem figurativiza o despertar da pequena vila que se tornaria a metrópole da Região Tocantina.

A dedicatória do livro, assinada pela autora, tem como alvo os moradores. Nesse texto, Barros reforça o desejo de progresso, de construção de uma “metrópole” no que ainda era um “amontoado” de riquezas: “*Aos velhos e novos imperatrizenses, desejando que, irmanados num só propósito, transforme este amontoado de riqueza numa maravilhosa metrópole. A autora*” (BARROS, 2012, p. 05). O texto contempla uma

---

<sup>14</sup> Como consta no blog que trata das memórias de Imperatriz, a fotografia é do Cais do Porto de Imperatriz (MA) antes da construção da Avenida Beira Rio, provavelmente no início dos anos 1980. Ela contempla a antiga rampa da rua Barão do Rio Branco e as casas que haviam no local; no rio, os tradicionais barcos de transporte de passageiros e mercadorias, antigamente conhecidos como “Pentas”. Disponível em: <<https://memoriasdeimperatriz.blogspot.com/search/label/Cais%20do%20Porto>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

<sup>15</sup> Até a promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, quando foi criado o estado do Tocantins, a região do Bico do Papagaio, que faz fronteira com Imperatriz, pertencia ao norte de Goiás. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/secult/tocantins-historia/3ybh4wqwh43i>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

<sup>16</sup> O sacerdote Frei Manoel Procópio era da Ordem Carmelita, nascido no estado da Bahia, em 1810. No ano de 1849 foi contratado pelo governo do Pará para colonizar e doutrinar os povos indígenas na Colônia Militar de Santa Teresa, a ser fundada. Também foi designado para exercer atividades idênticas no então presidio e Colônia Militar de São João do Araguaia. Porém, no final de 1851 e início de 1852, abandonou suas funções, subiu o rio Tocantins rumo ao desconhecido e fundou a Colônia Militar de Santa Teresa. Por ter avançado muito, atingindo terras maranhenses, a fundação da Colônia de Santa Teresa, hoje Imperatriz, suscitou desavença entre as províncias do Pará e Maranhão. Disponível em: <<https://imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-gente/frei-manoel-procopio-do-coracao-de-maria-fundador-de-imperatriz.html>>. Acesso em 07 jun. 2023.

<sup>17</sup> Após a fundação, em 16 de julho de 1852, o município de Imperatriz recebeu o nome de Povoação de Santa Teresa do Tocantins. Em 27 de agosto de 1856, a cidade passou a ter o título de Vila Nova de Imperatriz, uma homenagem a Imperatriz Teresa Cristina. Uma nova alteração ocorreu pela lei provincial nº 631, de 05 de dezembro de 1862, quando o município se tornou Imperatriz. Disponível em: <<https://imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-memoria/origem-do-nome-da-cidade.html>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

convocação que almeja um fazer coletivo e sinaliza o olhar que esse enunciador construirá nas páginas seguintes.

Seguem a dedicatória três cartas abertas<sup>18</sup>, elas revelam o diálogo com outros atores que compõem parte do contexto discursivo da obra, “uma rede de textos da cultura que dialogam de modo contratual e conflitante” (BARROS, 1994, p. 05). A primeira, dirigida ao prefeito Renato Moreira, assim se inicia: “Caro amigo, na primeira semana de sua administração recebi um convite para ir até ao seu gabinete”. Temos um “tu” (narratário, o prefeito) instalado no enunciado com o qual o “eu” (narrador) mantém uma relação dupla, uma amizade mediada pelo poder exercido no papel temático do prefeito, como fica marcado no pronome de tratamento utilizado no vocativo “caro amigo”. Esse dirigente público interfere na construção do livro ao encomendá-lo, eis a temática da carta.

Outros elementos mereceriam uma análise detalhada, mas aqui destacamos alguns trechos nos quais a seleção lexical aponta para a relação entre a escritora e o prefeito e que indicam a conjuntura de certa imposição no teor do convite, feito no gabinete do prefeito, sob as seguintes justificativas: “da deficiência de informações sobre nossa cidade”, “um livro que reunisse os elementos indispensáveis para o perfeito conhecimento desta comunidade nas escolas e fora delas” (BARROS, 2012, p. 11).

Ainda que concordando com o pedido, a narradora admite a “difícil solução” ao ser intimada a realizar esse fazer e reproduz a fala do interlocutor, dita “à queima-roupa”: “Foi então que você me disse, à queima-roupa: – Te chamei aqui para escrever este livro”. A fala do envolvido na cena é lembrada, projeção da enunciação classificada pela semiótica como “debreagem de segundo grau”, quando o narrador dá a palavra aos interlocutores/narratários, estratégia que auxilia na construção do efeito de verdade.

Na sequência, a narradora afirma que recusou o convite, mas: “Você insistiu, exigiu”. E, como resultado, após dois anos de pesquisas, temos o “livrinho”. Conclui: “Se agradar, o mérito é seu. Se não, paciência, mas a culpa também é sua”. “Sinceramente, Edelvira” (BARROS, 2012, p. 11). Afirmações que possibilitam ao menos duas leituras: dedica-se o mérito do trabalho à insistência do prefeito e respalda a não cumplicidade com a sua qualidade e/ou com o seu conteúdo. Essa segunda opção instala-se como contradição ao tom pessoal adotado no livro, via enunciação em primeira pessoa, o que se justifica inclusive pela função didática do texto.

---

<sup>18</sup> Antes das Cartas abertas, há duas apresentações, inseridas na segunda edição do livro, que não analisaremos neste trabalho.

A segunda carta, de natureza mais expositiva, dirige-se “ao público”. A temática reserva-se à caracterização do que representa a obra e do trabalho empenhado na sua elaboração, assim, lemos no primeiro parágrafo: “este não é um livro didático, nem uma obra literária. É um feixe de pequenas crônicas onde, fielmente, propus-me a registrar a história, a vida de minha terra. Uma fonte informativa” (BARROS, 2012, p. 13). E segue, no início do segundo parágrafo: “foram dois anos de laboriosa pesquisa”. O recorte da memória também fica registrado: “registrei fatos esquecidos, há muito caídos no olvido, mas os quais considero peças indispensáveis para a reconstituição de nossa história [...]”. Finaliza: “sinceramente, a autora” (BARROS, 2012, p. 13). Chama nossa atenção o uso dos advérbios “sinceramente”, que também consta na carta anterior, e “fielmente” para caracterizar o modo como engendrou o livro, o que indica uma necessidade de reforçar o compromisso com a veracidade do narrado.

Na terceira carta, “Às amigas colegas”, professoras, o livro é apresentado como um recurso didático, uma “fonte de informação” para quem quer conhecer “os fatos e realidades” da cidade. A modulação do discurso é amigável, envolvendo um contrato de confiança em relação ao trabalho das professoras no trato com o material, “tenho confiança em você; sei que saberá dosá-lo”, e na disponibilidade para o diálogo, como finaliza: “no mais, estarei, como sempre estive, ao seu inteiro dispor” (BARROS, 2012, p. 15). Nessa quem assina é “A amiga, Edelvira”.

Após as três cartas, nas quais verificamos a representação dos papéis sociais, como ressaltamos nas escolhas lexicais, sobretudo nas saudações e assinaturas, lemos a Apresentação. Dessa parte do livro em diante temos a instalação da relação que seguirá no relato dos fatos que povoam as histórias das crônicas: é a própria cidade de IMPERATRIZ (grafada em caixa alta) quem assina a apresentação, esse “eu” que se dirige ao “tu” (você), os alunos do município, haja vista a função didática da obra, como lemos logo nos dois primeiros parágrafos: “Você, amiguinho, que hoje me conhece com ruas compridas, casas comerciais e igrejas, tem vontade de saber como nasci e cresci”, “também fui criança como você, e, por isso, entendo bem os seus desejos” (BARROS, 2012, p. 17). O teor dialogal e carinhoso marcado nas escolhas do pronome, dos diminutivos e nos pontos de interesse no assunto, ajudam na construção do efeito de aproximação com o principal leitor da obra.

Nesse diálogo, o enunciador vai construindo a figurativização desse espaço “aqui” como um cenário que se move entre “uma história de homens corajosos, de tempos de

fartura e de épocas amargas” (BARROS, 2012, p. 17), como lemos no penúltimo parágrafo da Apresentação.

Por fim, há uma tentativa de manipulação para instigar a leitura a partir do “voto de confiança”. Há uma busca pelo comprometimento do leitor com a história da cidade, o que deixa implícito o desconhecimento desse passado (que será contado na obra) e, conseqüentemente, a falta de gosto pela cidade, indicativo de que não se gosta do que não se conhece, como lemos no final da Apresentação: “Espero que quando você ler e compreender toda a minha vida, passará a gostar de mim e irá estudar mais e bem direitinho para me ajudar a crescer e a ser realmente Imperatriz” (BARROS, 2012, p. 17). O convite compreende o engajamento com o crescimento da cidade com ares de nobreza no nome. De maneira geral, em toda a obra há um tom amigável, construído sobretudo pela projeção da enunciação, as escolhas lexicais, as figuras e adjetivações na busca pelo fazer-criar próprio da comunicação empreendida.

Avançando para a leitura das crônicas, temos um compilado de 123 pequenos textos, em prosa, com estrutura que varia quanto à extensão de seus parágrafos, tendo alguns que intercalam listagem de nomes e funções. A linguagem é objetiva e concisa, de fácil acesso aos alunos da Educação Básica – interlocutores declaradamente eleitos na apresentação. Alguns textos arriscam um estilo poético.

Os textos retratam fatos desde a fundação da cidade, em 16 de julho de 1852, avança pelos ciclos econômicos, passa pela chegada da rodovia Belém-Brasília, explora o cenário político vivido em suas fases, até o período em que Imperatriz entra em franca expansão, a partir da década de 60 até o início dos anos 70, quando foi lançado o livro. Os principais temas, muitos deles figurativizados nas personalidades e em elementos da paisagem local, estão relacionados à evolução urbanística, à política, aos traços geoeconômicos, às curiosidades da cultura, com destaque para a religiosidade. Aspectos que podemos conferir já na leitura dos títulos no sumário (“Primeiros passos”, “A chegada dos brancos”, “Meu encontro com Frei Manoel Procópio”, “Primeira escola”, “Século XX”, “Capelinha do Bom Jesus”) e depois em datas explicitadas ao longo das crônicas. Há uma ideia de progressão na organização dos temas, em sequência cronológica não linear, com pequenos saltos no tempo, num movimento de breves retomadas para mencionar fatos que, para o enunciador, tenham relevância no processo de desenvolvimento econômico e na construção da imagem de metrópole em formação.

O livro está dividido em duas partes. Na Parte I, “Imperatriz conta seu passado”, o teor é mais documental, trata da origem da cidade. Do ponto de vista da projeção da

enunciação, em sua maioria, as crônicas apresentam o seguinte movimento: seguindo a construção da apresentação, a narração é realizada em primeira pessoa, é a cidade de Imperatriz quem narra, reforçando o efeito de aproximação já indicado desde a capa da obra. As histórias do passado são retomadas a partir de um “aqui” e “agora” do presente do indicativo, marcado nos verbos do pretérito imperfeito, como lemos na primeira crônica, *Primeiro retrato*: “Há muitos e muitos anos, o local onde hoje **existo era** habitado somente por índios”, “Aqui **era** campo, mas a mata **ficava** bem próxima, mais ainda do que hoje”. (BARROS, 2012, p. 27, negrito nosso). Delineia-se o recorte da memória de um lugarejo em constante movimento e que se projeta para um futuro.

Há crônicas em que a narração de fatos e/ou a citação de nomes de personagens históricos ocorre apenas a partir da projeção da debragem enunciativa (ele/lá/então). E em alguns textos a nuance literária da construção, com ênfase no efeito descritivo, serve de ilustração para o cenário de “então”, a exemplo da Crônica *A chegada dos brancos* (BARROS, 2012, p. 28), como lemos nesse trecho inicial:

Tardezinha.

O sol, qual um disco de ouro, sumia no horizonte refletindo-se nas águas mansas do rio.

Grupos de índios banhavam-se despreocupados. De repente, Silêncio!... Atônitos, eles viram canoas subindo o rio. Eram canoas diferentes, tripuladas por gente desconhecida.

[...]

Na Parte II do livro, a “Imperatriz atual” ocupa-se mais diretamente do desenho geográfico do município com limites, hidrografia, flora, além de também abordar aspectos ligados à economia, à cultura, às instituições da cidade e ao contexto político. Ainda que use o pretérito imperfeito, o tempo presente é mais recorrente na organização do discurso de modo a evidenciar a noção de presentificação, de identificação com o que é descrito e narrado como testemunha ocular, a exemplo de dois parágrafos da crônica *Palmeiras*: “O que mais me identifica como gleba maranhense são as palmeiras”, “O babaçu é o rei. E também pai e mãe dos pobres. Há muita gente que vive só em função dele” (BARROS, 2012, p. 115).

As considerações realizadas nesta seção servem para ilustrar como as partes do livro (ainda que não tenhamos abordado todas elas) vão constituindo-o como tal e direcionando a leitura em vista de um projeto discursivo envolvendo os sujeitos da enunciação. Fica estabelecido um enunciador e seu propósito ao enunciar para enunciatários que, situados em determinado contexto, realizam seu fazer interpretativo. Essa relação intersubjetiva influencia o modo como foi produzido e pode ser consumido

o livro. Numa leitura mais detalhada, inclusive na prática de leitura em sala de aula da Educação Básica, é possível mediar a análise de todas as outras partes que compõem a obra para evidenciar que as escolhas não são aleatórias.

Na seção a seguir, a título de exemplificação, apresentamos a análise de duas crônicas tendo em vista o silenciamento dos efeitos da Ditadura Militar na vida, na história e na memória da cidade pela enunciação produzida em *Eu, Imperatriz*.

### 3. Na relação enunciador/enunciário: o silenciamento

A linguagem é instrumento de poder a serviço dos segmentos sociais dominantes (FIORIN, 1998, p. 07).

Ao discutir a relação entre discurso e ideologia no regime de 1964, Luiz Fiorin (1988) sublinha que “a noção de discurso pressupõe a de sujeito”, sendo o sujeito concebido no âmbito das relações sociais “que se estabelecem no interior de uma formação social. Assim, falar de discurso é remeter ao problema da relação da linguagem com a história” (FIORIN, 1988, p. 6). A linguagem carrega marcas das classes sociais, “[...] as classes, ou frações de classe, apropriam-se da linguagem para transmitir suas representações ideológicas e, assim, agir no mundo” (FIORIN, 1988, p. 07).

Dessa forma, no campo da manipulação, o enunciador (sujeito social) “lança mão de estratégias argumentativas para criar efeitos de sentido de verdade ou realidade com vistas a convencer seu interlocutor” (FIORIN, 1998, p. 18). Estamos no campo do discurso, terreno da enunciação, e como assevera Fiorin (2016, p. 34): “as únicas intenções do sujeito que se podem apreender são as inscritas no discurso”. Nessa perspectiva, apresentaremos a leitura de duas crônicas que tratam de fatos referentes ao contexto político de Imperatriz no período compreendido entre 1960 e 1970: *Lutas e Operação Carajás* – exibidas em formato de imagem do texto, conforme consta no livro.

O recorte de análise atende à tentativa de observar como eventos históricos são apresentados a partir das escolhas discursivas mobilizadas com vistas ao silenciamento da repressão estatal durante a Ditadura Militar e, por consequência, o apagamento de fatos fundamentais para a construção da memória coletiva. Isto se dá de modo a considerar que “o investimento semântico revela o universo ideológico do sujeito enunciador” (FIORIN, 1988, p. 12).

Atendendo ao critério cronológico dos fatos narrados na obra, começemos pela crônica *Lutas*, reproduzida a seguir:

## Imagem 02 – Reprodução da crônica “Lutas”

**Lutas**

A administração de João Menezes foi muito agitada.  
No interior do município, há brigas intermináveis por causa de terras.

Na sede, um grupo de amigos do prefeito mata um cabo e um soldado, fere outro e foge.

Em represália, a polícia prende e mata na cadeia um jovem que morava com o prefeito; e, dias depois, prende o próprio administrador, que é maltratado fisicamente. E se mais não é, deve-se à intervenção do então juiz de Direito, Dr. José de Ribamar Andrade.

E assim a direção da Prefeitura fica ora nas mãos de Menezes, ora com o vice Pedro Gonçalves.

As desavenças são tão grandes que o impossível acontece. Passei vários meses tendo duas sedes do Poder Municipal. Uma no prédio próprio e outra na residência de Menezes. O povo acomoda-se com a novidade e é comum ouvir-se: — “Como é, compadre, você vai pagar o imposto predial na Matriz ou na Filial?”

As coisas vão sempre num clima de insegurança até que, em 25 de maio de 1964, Menezes perde o cargo definitivamente, cassado pela Revolução.

O vice assume. Findo o seu mandato, toma posse o presidente da Câmara, Álvaro Álvares Pereira, que governou de 31 de janeiro a 18 de abril de 1967, passando o cargo ao interventor Raimundo Bandeira Barros.

Fonte: BARROS (2012, p. 100)

Como já apontamos na seção anterior, seguindo a estratégia discursiva escolhida para a construção da obra, temos o narrador em primeira pessoa (a própria cidade de Imperatriz), inserido num momento de referência presente, contando fatos que aconteceram no passado, por isso o uso da debreagem enunciativa para a instauração de actantes do enunciado (“ele”/amigos do prefeito e soldados), o espaço do enunciado (“lá”/o interior do município) e o tempo (então/ marcado pelos verbos no pretérito, reforçando o marco temporal inscrito no enunciado). Já os verbos no presente ajudam no efeito de presentificação das ações, uma espécie de exposição da cena para o enunciatário/leitor. Vejamos nessa seleção, com verbos no pretérito e no presente:

A administração de João Menezes **foi** muito agitada.  
No interior do município **há** brigas intermináveis por causa de terras.  
Na sede um grupo de amigos do prefeito **mata** um cabo e um soldado, fere outro e foge.  
Em represália, a polícia **prende** e mata na cadeia um jovem que morava com o prefeito; e, dias depois, **prende** o próprio administrador, que é maltratado fisicamente.  
[...]  
As desavenças são tão grandes que o impossível acontece. **Passei** vários meses tendo duas sedes do Poder Municipal (BARROS 2012, p. 100, destaques nossos).

Entre contar e mostrar os fatos, há um arranjo discursivo, como nos ensina Fiorin (1998; 2016), com o uso da 1ª pessoa para criar o efeito de subjetividade, ou da 3ª pessoa para o efeito de objetividade, aliado aos verbos no presente ou no pretérito, frases afirmativas, entre outras escolhas, para manter o efeito de veracidade do que é narrado. Sem deixar de mencionar o uso da debreagem de segundo grau: “Como é, compadre, você vai pagar o imposto predial na Matriz ou na Filial?”. É a fala do próprio “povo” que serve como prova do que acontecia naquela época, o povo que “acomoda-se com a novidade”.

Sobre a projeção de pessoa, cabe destacar as considerações de Teixeira (2023):

A projeção de pessoa não se refere apenas à escolha básica entre projetar no discurso um eu ou um ele. Trata-se de examinar o jogo de vozes presente na cena discursiva, observando as marcas da heterogeneidade que criam efeitos de verdade, de autoridade, de consenso etc. Constituem também recursos que esgarçam as fronteiras entre objetividade e subjetividade alguns procedimentos que inscrevem, em textos escritos em 3ª pessoa, excessos e arrebatamentos do enunciador, tais como a inserção de lexemas que condensam juízos de valor, as retomadas anafóricas por meio de sintagmas que recuperam tais juízos, as referências que cortejam o potencial leitor etc. Tais recursos atraem o leitor/espectador, já então pronto a crer na verdade daquele que enuncia (TEIXEIRA, 2023, p. 412).

Atentas a essas escolhas lexicais que “condensam juízos de valor”, como aponta a pesquisadora, observamos que já no título o cenário de disputa é enfatizado, *Lutas*. A administração de João Menezes, candidato da oposição<sup>19</sup>, é classificada como “muito agitada”, atribuindo-lhe responsabilidade direta na instabilidade política que fora instaurada desde 1961, quando ele assume a gestão da cidade. Nessa composição, sendo as figuras “elemento semântico que remete ao mundo natural” (FIORIN, 1998, p. 24), temos “as brigas intermináveis” figurativizando o desenho de um cenário violento e hostil a seus habitantes. Esse dado é reforçado no episódio narrado com o emprego de verbos no presente do indicativo, como já destacado, para presentificar a cena ao enunciatário, bem como conferir o sentido de continuidade da violência em Imperatriz, naquele momento histórico.

Na sequência dos fatos narrados ao longo do texto, lemos que primeiramente “amigos” do prefeito matam e ferem militares. Depois, ao mencionar a prisão do prefeito, “que é maltratado fisicamente”, há uma tentativa de eufemizar a violência policial

---

<sup>19</sup> De acordo com Franklim e Lima (2016, p. 65-87): “João Menezes tinha simpatia pelas causas humanitárias e sociais [...] O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era, sem dúvida, o que mais lhe atraía. Neste espectro político, João Menezes é opositor da política oligarca de Vitorino Freire, do Partido Social Democrático (PSD), senador que a partir do Rio de Janeiro controlava a política e a administração maranhenses com braço de ferro, nomeando e destituindo autoridades, elegendo e cassando prefeitos, deputados, senadores, governadores[...]. Com apenas 29 anos, o recém-empossado prefeito de Imperatriz quebrava, naquele momento, uma tradição quase secular de hegemonia das famílias locais, de ter sua cidade dirigida por seus próprios filhos”.

empregada na tortura, ao que anteriormente admite ser represália com a morte de um inocente. O eufemismo também é empregado ao narrar as prisões dos políticos, associada a uma “briga”, de modo que os fatos são caracterizados como algo ameno, sem grandes conflitos, “desavenças”, “tão grandes”. A figura “lutas” suaviza a perseguição que o candidato de oposição sofrera durante sua atuação política.

Ao mencionar os homicídios provocados por uma briga de bar<sup>20</sup> dois anos antes da cassação do prefeito, temos a associação dos dois fatos de contextos diferentes produzindo o efeito de uma relação direta de causa e consequência. Essa segunda prisão de João Menezes, na verdade, foi motivada pela repressão do Estado aos políticos considerados subversivos, por não apoiarem o Regime Militar.

Assim chegamos aos temas da disputa de forças e da instabilidade política do período narrado. Fiorin (1998, p. 24) orienta que “tema é o elemento semântico que designa um elemento não-presente no mundo natural, mas que exerce o papel de categoria ordenadora dos fatos observáveis”. Nesses termos, destaca que “os temas do discurso político oficial pós-64 são reveladores de uma dada ideologia”, são repreendidos aqueles que, entre outras coisas, contestam o governo, “[...] justifica-se a repressão aos que querem conturbar a ordem” (FIORIN, 1998, p. 25).

Na crônica, embora haja referência à cassação, o enunciador emprega certo eufemismo ao mencionar que “as coisas vão sempre em clima de insegurança até que, em 25 de maio de 1964, Menezes perde o cargo definitivamente, cassado pela Revolução”, forma de narrar que denota conformismo ao que é relatado. A breve narração não oportuniza ao enunciatário conhecer detalhes dos fatos, omite-se o emprego de violência na perseguição sofrida pelo prefeito, opositor ao regime ditatorial (inclusive usa “Revolução” para o que poderia ser denominado “Ditadura”), não há menção ao motivo pelo qual se deu a sua prisão<sup>21</sup>, chamada de “perda” do mandato. Apresenta-se um político

---

<sup>20</sup> “Sexta-feira, 14 de setembro de 1962, meio-dia. [...] Em meio a um copo de cachaça e outro, chegam três policiais. Fazem revista e dão ordem de prisão a Eptácio, sem qualquer justificativa. [...] Surpreso com a ação dos militares, Eptácio não se deixou prender sem motivo justo. Avançou contra os policiais com golpes de jiu-jitsu e, agarrados, foram parar no meio da rua. Destemido e armado como sempre, Ciro também entrou na briga. Minutos depois começou um tiroteio em via pública. [...] Uns cinco minutos depois, fez-se longo silêncio. As janelas começaram a se abrir e o que se via eram dois soldados estendidos no chão, mortos, e o cabo, comandante da guarnição, agonizando (FRANKLIM; LIMA, 2016, p. 104).

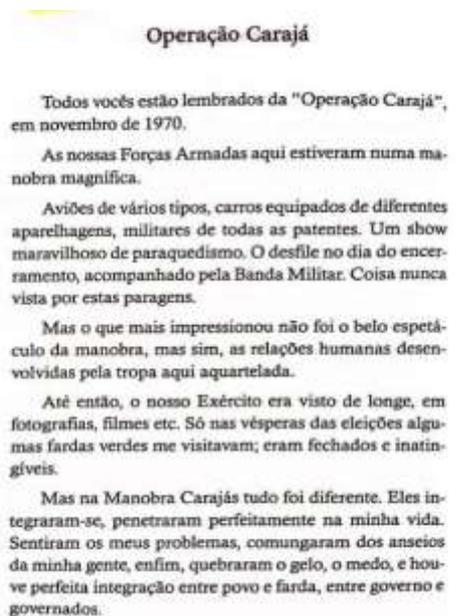
<sup>21</sup> Franklin e Lima (2016, p. 183-184) contam que após a cassação do mandato, “por volta das cinco da tarde, o capitão Miranda chegou à residência de João Menezes acompanhado de quatro soldados do Exército. [...] o oficial do Exército lhe dá voz de prisão. João não resiste. Os militares o colocaram no carro e saíram sem nada informar. Logo depois Nita fica sabendo que o marido fora levado para a sede da Rodobrás, [...]. Para lá haviam sido levados outros presos pelas Forças Armadas, depois do Golpe Militar [...]. No dia seguinte foi informada de que ele não estava mais ali. Fora levado de Imperatriz. Ninguém sabia informar para onde”.

não apenas subversivo à Ditadura, mas caracterizado como sujeito polêmico e de conduta social reprovável, o que poderia justificar sua cassação.

Seguimos para a leitura da segunda crônica selecionada para este trabalho, *Operação Carajá*. É importante frisar que *Carajá*, substantivo de matriz indígena, denomina grupos situados no entorno do rio Araguaia<sup>22</sup>, local escolhido para a preparação da Guerrilha. A “Operação Carajá” foi uma manobra militar que antecipou a ação de caça aos guerrilheiros<sup>23</sup>. Inserida na região com o pretexto do levantamento dos problemas locais, era usada como mecanismo de vigilância montada pelo Estado, para atuar na repressão às forças de oposição que resistiam ao regime totalitário.

A crônica é curta e está organizada em somente seis parágrafos. A escolha pelo nome da operação oficial posta pela Ditadura Militar indica a perspectiva oficial da narrativa, caminho discursivo reforçado pela figura do “prefeito amigo” que contrata a escritura da história da cidade.

### Imagem 03 - Reprodução da crônica “Operação Carajá”



Fonte: BARROS (2012, p. 114)

<sup>22</sup> Os Karajás são habitantes seculares das margens do rio Araguaia e suas aldeias desenham uma ocupação territorial entre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará. Disponível em: <<https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/etnologia/karajas.html>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

<sup>23</sup> “Após as manobras realizadas pelas forças governamentais em 1970 e as operações desencadeadas em áreas de Goiás, Pará e Maranhão, o Governo Federal, avaliando que ausência do Estado na região amazônica, entre outras coisas, favorecia sentimentos de indiferença em relação ao governo e a simpatia por atividades subversivas, começou a investir na instalação de serviços e programas que pudessem marcar a presença do Estado. Assim, o ministro do Interior, general Costa Cavalcante, anuncia em janeiro de 1972, a instalação de um campus do Projeto Rondon em Imperatriz. [...] Paralelamente, de forma sigilosa, o Projeto Rondon exercia atividades de espionagem, através de agentes dos serviços de informação infiltrados como professores, coordenadores e técnicos (FRANKLIM E LIMA, 2016, p. 273-274).

Na leitura verificamos que não se observa a insegurança, a instabilidade que permeava a realidade apresentada na crônica anterior. Há um esforço para que o enunciatário compreenda a operação como uma ação positiva do Estado. Esse tom textual lembra a seguinte afirmação de Fiorin (1988, p. 13): “nenhum conhecimento é neutro, pois ele expressa sempre uma visão de mundo”.

Numa jogada argumentativa, no diálogo com o tu (vocês), o narrador supõe que a “Operação Carajá” seja algo já sabido pelos narratários. Destaca, então, que em novembro de 1970: “as nossas Forças Armadas aqui estiveram numa manobra magnífica”, ao que considera como impressionante e nunca antes visto pela quantidade de aviões, carros equipados e militares de todas as patentes, principalmente pelo que chama de “relações humanas desenvolvidas pela tropa aqui aquartelada”. Ao empregar a primeira pessoa do plural (“nossas”), opera uma debreagem actancial enunciativa na qual “se instalam no enunciado os actantes da enunciação (eu/tu), o espaço da enunciação (aqui) e o tempo da enunciação (agora), ou seja, aquela em que o não eu, o não aqui e o não agora são enunciados como eu, aqui, agora”, como afirma Fiorin (2016, p. 38) ao retomar Greimas e Courtés (1979, p. 80). Assim, ao delinear as marcas enunciativas, além de presentificar o evento, confere subjetividade ao inscrever no enunciado também o enunciatário, esse que é inserido no apreço à atuação militar.

No trecho que fecha a crônica: “Eles integraram-se, penetraram perfeitamente na minha vida. Sentiram os meus problemas, comungaram dos anseios da minha gente, enfim, quebraram o gelo, o medo, e houve perfeita integração entre povo e farda, entre governo e governados.” (BARROS, 2012, p. 114), embora instaure um “ele” e um “então”, continua marcando subjetividade no uso do “eu” (a própria Imperatriz que narra os fatos). Nesse ponto, Fiorin (2016, p. 38) explica: “Há uma instalação no enunciado do eu enunciator, que utiliza o tempo da enunciação (o nunc). Trata-se, nesse caso, de debreagens actancial e temporal enunciativas”. Uma enunciação enunciada que imprime: “[...] a maneira pela qual o enunciator impõe ao enunciatário um ponto de vista sobre os acontecimentos narrados” (FIORIN, 2016, p. 35).

Por seu lado, a figurativização é marcada, especialmente, na declaração “perfeita integração”. Esse enunciado produz efeito de sentido positivo em relação à atuação das Forças Armadas que, uma vez “penetradas” na vida da cidade e das pessoas, passariam às investidas para mudar o clima negativo que era percebido na comunidade. Pelas figuras “gelo” e “medo”, revela o sentimento que imperava no seio popular durante o momento

histórico narrado. O que é suavizado pelas adjetivações empregadas: “manobra magnífica” e “show maravilhoso”.

Mais uma vez, o eufemismo serve de estratégia enunciativa para construir o sentido do que seria um movimento pacífico, de aproximação entre farda (forças armadas a serviço da ditadura) e povo (habitantes da cidade). É a mão do Estado que afaga o povo com ações para quebrar o gelo, revelando o distanciamento que existia, e para colocar fim ao medo (dos habitantes em relação às forças de segurança do governo militar). O que Fiorin (1998, p. 41) chama de percurso temático de “salvação da pátria usado milhares de vezes pelos que falavam a palavra do poder depois de 1964”. Porém, em nenhum momento há menção aos movimentos de resistência, entre eles a Guerrilha do Araguaia, que motivou a ida da tropa do Exército para Imperatriz, símbolo da presença nacional na região Tocantina<sup>24</sup>. As relações humanas as quais o enunciador se reporta não tinham como foco a prestação de serviços sociais, tampouco a integração entre povo e tropa.

Essa “glamourização” da atuação militar na região pode ser refutada em outras bibliografias, a exemplo do que contam Franklin e Lima (2016, p. 269): “em três anos, de 1969 a 1971, as Forças Armadas conseguiram desmobilizar todas as bases dos movimentos armados que tentavam se estabelecer na região do Araguaia-Tocantins”<sup>25</sup>. Maciel (2014, p. 206) destaca que, após investidas das tropas militares contra cerca de 70 guerrilheiros e camponeses no que se considera ter reunido o maior efetivo da história do Brasil no extermínio total do grupo rebelde, ocorreu a terceira manobra, denominada

<sup>24</sup> Intitulado Batalhão Capitão-Mor Moniz Barreto e conhecido pelo lema "Sentinela do Portal do Amazônia Oriental", a base do Exército instalada em Imperatriz pode ser vista como a consolidação das manobras iniciadas em 1970 para a vigilância permanente da região. Conforme consta na Página do 50º Batalhão de Infantaria e Selva de Imperatriz no Facebook, “O 50º BIS foi criado por meio do Decreto nº 71.785, de 31 de janeiro de 1973. O Batalhão teve origem no 24º Batalhão de Caçadores, sediado em São Luís – MA, que destacou para IMPERATRIZ, em 20 de junho de 1973 a sua 2ª Companhia de Fuzileiros de Selva composta por 60 militares do Núcleo-Base e 104 soldados recrutas. Em 27 de setembro 1973 foi criada a 1ª Companhia do 50ºBIS”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/50bisoficial/posts/6406410469433445>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

<sup>25</sup> “Ainda em outubro de 1970, um grupo de estudantes ligados à VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) foi preso na região de Imperatriz pela Operação Bandeirante, quando foram presos, também, em São Paulo, membros do comando da organização. [...] Apuro-se que haviam escolhido Imperatriz, no Maranhão, como área estratégica para mais uma tentativa de início de guerrilha rural. [...]. As informações obtidas com as prisões e levantamentos feitos nas áreas de presença de militantes dos grupos guerrilheiros permitem a concepção de várias operações com o objetivo de eliminar esses focos de resistência ao regime. As principais são Operação Papagaio, Operação Sucuri e Operação Mesopotâmia. Estima-se que mais de cinco mil militares atuaram nestas operações. As primeiras tinham aspectos de manobras militares para treinamento de soldados, promoção de ações assistenciais às comunidades urbanas e rurais, além da realização de palestras cívicas de interesse governamental e propaganda de feitos do governo militar. A maior de todas essas manobras foi realizada no final de 1970, concentrada em Imperatriz, mas se estendendo a toda a região. [...] Pelas ações realizadas, a preocupação em ‘preparar’ a população para resistir a uma possível investida de guerrilheiros à cidade, e também de conquistar, através da exaltação de atos de patriotismo, o apoio ao regime militar” (FRANKLIM e LIMA 2016, p. 265-267).

“Operação Limpeza”, “caracterizada como uma caçada brutal, impiedosa, envolvendo tudo e todos”. Segundo o pesquisador, “Além de corpos, muitos documentos foram queimados. [...] A presença de militares descaracterizados na região mesmo depois de ter encerrado a guerrilha cumpriu papel de vigilância e permanência da sombra do terror” (MACIEL, 2014, p. 208-209).

A omissão e o não-dizer ao relatar os fatos que marcam a trajetória de Imperatriz durante a Ditadura Militar implicam em escolhas ideológicas. O que se dá pela negação da existência da guerrilha e na escolha por empregar a adjetivação que enaltece a atuação das Forças Armadas na região. Assim, o enunciador deixa clara a visão romantizada, por vezes distorcida, do retrato que constrói ao seu enunciatário do que teria sido esse período tão importante para a construção da memória da cidade – marcas expressas da filiação ideológica de apoio à Ditadura. Nesse sentido, corroboramos com Fiorin (1988, p. 15), ao tratar da ideologia como “[...] uma visão de mundo, que não é senão o ponto de vista de uma classe social [...] representações que se elaboram a partir da realidade, seja de suas formas aparentes, seja de suas formas essenciais”.

Ao omitir fatos como o massacre aos guerrilheiros, houve uma censura velada, pois a crônica apaga os conflitos e crimes cometidos pelo Estado contra cidadãos e figuras públicas. Nesse não-dizer o fato histórico que fere a vida na cidade, nota-se uma escolha ideológica pelo silêncio. Assim, o enunciador busca a construção da aparência, como se o relato sobre enfrentamentos violentos e a impiedosa atuação do Estado Ditador para com os revoltosos organizados pudesse ser feito com palavras graciosas, enfeitando o período como otimista e de pleno desenvolvimento, mas a verdadeira história dá conta de um momento marcado pelo medo decorrente da violência cometida pelo Estado.

### **Considerações Finais**

A análise feita neste artigo revela que a literatura apresentada em *Eu, Imperatriz* se vincula aos discursos hegemônicos de ideários nacionalistas propagados para sustentar a Ditadura mediante adesão popular. Nesse molde, o livro insere-se em um campo de disputas pela construção dos sentidos sobre a memória, a História da cidade e a História Geral do Brasil.

Ao optar por discursivizar a posição hegemônica e opressora, o enunciador furta de seus leitores o confronto com as vozes e visões daqueles que pereceram sob as agruras da Ditadura Militar. Na leitura aqui empreendida, fica evidente que, ao construir essa

memória seletiva, os fatos omitidos não se devem ao esquecimento pelo decurso do tempo, mas dada a estratégia de negação das informações pela política do silenciamento, pelo exercício da censura.

Como fonte de conhecimento, o saber sobre os eventos que formam a história e a identidade da cidade que se apresenta no livro ao seu enunciatário pelos momentos relatados (ou não), carece ser ressignificado. Na medida em que apaga fatos e pessoas que fizeram oposição na tentativa de resistir à opressão Estatal, o discurso atua como mecanismo de manutenção da concepção unilateral da narrativa historiográfica largamente difundida no tecido social. Afasta-se, assim, do que Silva (2020, p. 02) considera como “uma literatura implicada, comprometida com uma perspectiva sobre a realidade, expressamente vinculada à ordem da subjetividade e ao sensível”.

Nesses termos, nossa proposta envolveu a reflexão sobre o movimento basilar que o fazer da memória permite: ressignificar o vivido. Para esse fim, usamos os instrumentais da semiótica discursiva, articulada a outras teorias, para auxiliar no processo de construção dos sentidos nos textos, um arcabouço teórico importante, diga-se, para a formação de professores, mediadores do trabalho com a leitura na escola.

Esperamos, na contribuição teórica, crítica e analítica do livro que se apresenta ora didático, ora historiográfico, ampliar o repertório didático construtivo do saber escolar. Isso, na linha daquilo que contribui Silva (2016, p. 154) ao defender que a memória pode ser “ainda pensada e interrogada” para melhorar a formação de leitores, tendo em vista a leitura mais atenta dos textos que chegam às escolas.

## Referências

50 BIS. Histórico do 50º Batalhão de Infantaria de Selva. *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/50bisoficial/posts/6406410469433445/>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz Orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin Mikhail*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 29-36.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. *Eu, Imperatriz*. São Luís: AML, 2012.

BARROS, Mariana Luz Pessoa de. *O discurso da memória: Entre o sensível e o inteligível*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CAIS DO PORTO DE IMPERATRIZ EM 1973. *Blog Memórias de Imperatriz*. Disponível em: < <https://memoriasdeimperatriz.blogspot.com/2018/06/cais-do-porto-de-imperatriz-em-1973.html> >. Acesso em: 05 jun. 2023.

CEZAR, Domingos. Prêmio "Edelvira Marques de Literatura" incentiva publicação de livros (2018). *Site da prefeitura de Imperatriz*. Disponível em: <<https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/cultura/fci-apresenta-instituicoes-edital-do-premio-edelvira-marques-de-literatura.html> >. Acesso em: 15 mai. 2023.

COSTA, Abimael. Academia Imperatrizense de Letras lança três livros nesta quinta-feira, 13 dez 2012. *Site Abimael Costa*. Disponível em: < <https://www.abimaelcosta.com.br/2012/12/academia-imperatrizense-de-letras-lanca.html> >. Acesso em: 30 mai. 2023.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FLOCH, Jean-Marie. *Une lecture de Tintin au Tibet*. Paris: PUF, 2002.

FLOCH, Jean-Marie. Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral. Tradução Analice Dutra Pilar. *Documentos de Estudo do CPS (PUC-SP)*, n. 1, 2001.

FRANKLIN, Adalberto. Eu, Imperatriz tem nova edição. *Site Adalberto Frank*. Disponível em: < <http://adalbertofranklin.por.com.br/2012/11/eu-imperatriz-tem-nova-edicao-apos-40-anos/> > Acesso em: 15 abr. 2023.

FRANKLIN, Adalberto; LIMA, Valdizar. *Repressão e resistência em Imperatriz*. Imperatriz: Ética Editora, 2016.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IMPERATRIZ-MARANHÃO. *Lei ordinária nº 1.468/2012*, de 03 de maio de 2012. Institui o “Dia do livro imperatrizense” e dá outras providências. Imperatriz, 2012.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LANDOWSKI, Eric. *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*. São Paulo: Educ, 1995.

LANDOWSKI, Eric. Para uma abordagem sócio semiótica da literatura. Trad. Ana Claudia de Oliveira. *Significação*, São Paulo, n. 11/12, set., p. 22-43, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/90510>>. Acesso em: 01 fev. 2023

MACIEL, João Paulo. *Guerrilha no Araguaia-Tocantins*. Imperatriz: Ética, 2014.

NOSSA GENTE: conheça a história do fundador de Imperatriz. *Site da prefeitura de Imperatriz*. Disponível em: <<https://imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-gente/frei-manoel-procopio-do-coracao-de-maria-fundador-de-imperatriz.html>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

NOSSA MEMÓRIA: origem do nome da cidade. *Site da prefeitura de Imperatriz*. Disponível em: <<https://imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-memoria/origem-do-nome-da-cidade.html>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

OS KARAJÁS: plumárias e etnografia. *Site do Museu nacional*. Disponível em: <<https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/etnologia/karajas.html>> Acesso em: 20 jun 2023.

PRIMEIRO LIVRO EDITADO EM IMPERATRIZ COMPLETA 47 ANOS (2019). *Jornal SLZ*. Disponível em: <<https://jornalslz.com.br/primeiro-livro-editado-em-imperatriz-completa-47-anos/>> Acesso em: 16 jan. 2024.

SANCHES, Edmilson. *Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos, 1852-2002: a maior obra de referência da capital brasileira da energia*. Imperatriz: Editora Instituto Imperatriz, 2002.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Memórias da guerrilha: acontecimento e história. In: MENDES, C. M.; LARA, G. M. P. (Org.). *Em torno do acontecimento: uma homenagem a Claude Zilberberg*. Curitiba: Appris, 2016, p. 141-162.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Narrativas do tempo da noite: a literatura de testemunho em Pedro Tierra. *Organon*, Porto Alegre, v. 35, n. 70, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/103924/60299>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Um herói da Guerrilha pelas lentes de JJ Leandro. *Revista Escritas do Tempo*, v. 4, n. 11, p. 45-62, mai-ago/2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1882>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da; REIS, Naiane Vieira dos Reis. Leitura e práticas de um objeto chamado livro: perspectivas semióticas. *Revista Porto das Letras* – v. 9, n. especial, p.09-28, 2023. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/17459>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

TEIXEIRA, Lucia. Para uma leitura de textos visuais. Comunicação apresentada no *III Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso*, 1998.

TEIXEIRA, Lucia. Entre dispersão e acúmulo: para uma metodologia de análise de textos sincréticos. *Gragoatá*, Niterói-RJ, n. 16, p.229-242, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33349>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

TEIXEIRA, Lucia. Para uma metodologia de análise de textos verbo-visuais. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de; TEIXEIRA, Lucia (Orgs.). *Linguagens na comunicação: desenvolvimentos em semiótica sincrética*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. p.41-77.

TEIXEIRA, Lúcia. A pesquisa em semiótica. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (orgs.). *Trabalhando com Linguística no Brasil*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2023, p. 401-425.

TOCANTINS: História. *Site da secretaria da Cultura de Tocantins*. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secult/tocantins-historia/3ybh4wqwh43i> >. Acesso em: 07 jun. 2023.